

# ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 30 de setembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2019	12

# Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 13º andar  
Cj 1308 - Vila do Golf, Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A**  
Lins – São Paulo

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21– Demonstração intermediária e com a norma IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Estas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, cujo relatórios, foram respectivamente emitidos em 15 de março de 2019 e 26 de outubro de 2018, sendo para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, com ênfase de continuidade operacional em decorrência do não cumprimento de cláusulas dos empréstimos e debêntures, tal ponto adequado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Ribeirão Preto, 18 de outubro de 2019



Marcelo Castro Valentini  
CRC 1SP - 239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

## Balancos patrimoniais em 30 de Setembro de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.713	4.897
Aplicações financeiras	4	49.306	62.537
Contas a receber	5	9.906	9.015
Despesas pagas antecipadamente	-	662	457
Adiantamento a fornecedores	-	1.603	886
Partes relacionadas	6	2.125	2.138
Outros créditos	-	2.773	2.721
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>68.088</u>	<u>82.651</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	-	2.173	1.752
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	23.667	22.977
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<u>25.840</u>	<u>24.729</u>
Imobilizado	7	6.562	4.902
Intangível	8	951.383	940.164
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>983.785</u>	<u>969.795</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>1.051.873</u>	<u>1.052.446</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

## Balanços patrimoniais em 30 de Setembro de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	51.235	39.160
Debêntures	10	22.771	442.516
Fornecedores	11	54.023	61.421
Arrendamento por direito de uso	15	1.068	-
Passivo fiscal	-	3.218	3.606
Obrigações sociais	-	3.779	3.651
Provisão para manutenção	12	18.981	14.795
Partes relacionadas	6	-	-
Outras contas a pagar	-	518	3.302
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>155.593</u>	<u>568.451</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	104.356	128.639
Debêntures	10	422.942	-
Arrendamento por direito de uso	15	973	-
Provisão para manutenção	12	20.547	26.522
Provisão para contingências	14	1.533	617
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>550.351</u>	<u>155.778</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital integralizado	16	402.651	368.651
Prejuízos acumulados	16	(56.722)	(40.434)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>345.929</u>	<u>328.217</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>705.944</u>	<u>724.229</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>1.051.873</u>	<u>1.052.446</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

### Demonstrações de resultado dos períodos de 9 (nove) meses e trimestres findos em 30 de Setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		01/07/2019 a 30/09/2019 (3 meses)	01/07/2018 a 30/09/2018 (3 meses)	01/01/2019 a 30/09/2019 (9 meses)	01/01/2018 a 30/09/2018 (9 meses)
	Notas				
Receita operacional líquida	17	57.340	54.079	179.116	148.169
Custo dos serviços prestados	18	(29.921)	(25.910)	(106.796)	(101.690)
Custo de construção	18	(7.077)	(2.445)	(26.864)	(8.996)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.342</b>	<b>25.724</b>	<b>45.456</b>	<b>37.483</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Outros resultados operacionais	18.a	-	-	-	14.132
Despesas gerais e administrativas	18	(4.056)	(1.133)	(8.153)	(9.027)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>16.286</b>	<b>24.591</b>	<b>37.303</b>	<b>42.588</b>
Receita financeira	19	638	1.088	2.759	22.901
Despesa financeira	19	(14.082)	(18.062)	(57.040)	(54.793)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	19	<b>(13.444)</b>	<b>(16.974)</b>	<b>(54.281)</b>	<b>(31.892)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>2.842</b>	<b>7.617</b>	<b>(16.978)</b>	<b>10.696</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(36)	(6.664)	690	(6.005)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do período</b>		<b>2.806</b>	<b>953</b>	<b>(16.288)</b>	<b>4.691</b>
<b>Lucro/(prejuízo) básico diluído por ação em reais</b>	20	<b>0,00562</b>	<b>0,00245</b>	<b>(0,03264)</b>	<b>0,01206</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

### Demonstrações de resultado abrangente dos períodos de 9 (nove) meses e trimestres findos em 30 de Setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	01/07/2019 a 30/09/2019 (3 meses)	01/07/2018 a 30/09/2018 (3 meses)	01/01/2019 a 30/09/2019 (9 meses)	01/01/2018 a 30/09/2018 (9 meses)
Lucro líquido/(prejuízo) do período	2.806	953	(16.288)	4.691
<b>Total de resultado abrangente do período</b>	<u>2.806</u>	<u>953</u>	<u>(16.288)</u>	<u>4.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos períodos de 9 (nove) meses e trimestres findos em 30 de Setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	389.000	(23.139)	365.861	(35.267)	330.594
Integralização de capital conforme AGE em 04 julho de 2018	-	2.790	2.790	-	2.790
Lucro líquido do período	-	-	-	4.691	4.691
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2018</b>	389.000	(20.349)	368.651	(30.576)	338.075
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 08 de maio de 2019	110.000	(110.000)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 08 de maio de 2019	-	34.000	34.000	-	34.000
Prejuízo do período	-	-	-	(16.288)	(16.288)
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2019</b>	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(56.722)</u>	<u>345.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto dos períodos de 9 (nove) meses e trimestres findos em 30 de Setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(16.288)	4.691
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação	1.145	1.408
Amortização	18.732	45.690
Baixa do intangível	4.192	-
Baixa do ativo imobilizado líquida	52	2
Provisão para manutenção	47.619	10.928
Provisão para contingências	916	845
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	67.280	48.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(690)	6.005
	<u>122.958</u>	<u>118.203</u>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>		
Contas a receber	(891)	2.111
Despesas pagas antecipadamente	(205)	(544)
Outros créditos	(1.189)	(4.240)
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>		
Fornecedores	(6.911)	6.202
Passivo fiscal corrente	(388)	196
Obrigações sociais	128	632
Contas a pagar	(2.784)	3.869
Consumo de provisão para manutenção	(49.408)	(31.498)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-
Juros pagos	(45.525)	(46.468)
	<u>15.785</u>	<u>48.463</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras	(92.929)	(78.491)
Resgate das aplicações	106.160	86.213
Aquisição de imobilizado	(2.857)	(838)
Adição ao intangível	(32.590)	(10.820)
	<u>(22.216)</u>	<u>(3.936)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>		
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	34.000	2.790
Captação de empréstimos e financiamentos	1.931	-
Partes relacionadas	13	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(32.697)	(46.095)
	<u>3.247</u>	<u>(43.305)</u>
<b>Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos</b>		
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(3.184)</u>	<u>1.222</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.897	1.471
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de Setembro	1.713	2.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

## Demonstrações do valor adicionado dos períodos de 9 (nove) meses e trimestres findos em 30 de Setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
<b>Receitas operacionais</b>	193.074	175.558
Serviços prestados	151.676	150.143
Receita de construção	26.864	8.996
Outras receitas	14.534	16.419
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	(106.501)	(54.212)
Custos serviços prestados	(21.128)	(21.698)
Custo de construção	(26.864)	(8.996)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(58.509)	(23.518)
<b>Valor adicionado bruto</b>	86.573	121.346
Depreciação de imobilizado	(1.145)	(1.408)
Amortização de intangível	(18.732)	(45.690)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	66.696	74.248
Receitas financeiras	2.759	22.901
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	69.455	97.149
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	13.407	14.964
Remuneração direta	9.487	10.935
Benefícios	3.141	3.152
F.G.T.S.	744	826
Outros	35	51
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	15.293	21.617
Federais	7.197	14.271
Estaduais	194	123
Municipais	7.902	7.223
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	57.043	55.877
Juros	57.040	54.793
Aluguéis	3	1.084
<b>Remunerações de capitais próprios</b>	(16.288)	4.691
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(16.288)	4.691
<b>Total distribuição valor adicionado</b>	<u>69.455</u>	<u>97.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

## **Plano estratégico**

Conforme apresentado na nota explicativa nº 10, durante o 1º trimestre de 2019, a Administração da Companhia concluiu as negociações junto aos credores e os aditamentos para formalização das alterações nas cláusulas de *covenants* financeiros enquadrando a Companhia dentro do novo contexto da economia brasileira. As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Se demonstram eficientes os planos da Administração que visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios, visto que no terceiro trimestre de 2019, alcançamos R\$ 105.713 de Ebitda (baseado na metodologia de cálculo definido em contrato com o BNDES), contra R\$ 101.459 para o mesmo período de 2018. A Administração permanece em busca da contínua eficiência operacional e conseqüentemente redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Com relação ao CCL negativo, as melhorias conquistadas pela Companhia, apontadas neste plano estratégico, indicam que o caixa operacional será suficiente para liquidar os compromissos de curto prazo.

## **2. Base de preparação**

### **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## **2.2. Base de elaboração e preparação**

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Portanto, as informações de notas explicativas, que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação àquelas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações contábeis anuais até 30 de setembro 2019.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 18 outubro de 2019.

## **2.3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente**

### **2.3.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia**

#### **IFRS 16 – Arrendamento mercantil**

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo e cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor, esses contratos são de determinados equipamentos de escritório (como *notebooks*, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

O impacto da adoção inicial da IFRS 16, no 3T19, está demonstrado a seguir:

	Ativo (Nota nº 8)	Passivo (Nota nº 15)	Despesas
Adoção inicial	2.902	2.902	-
Pagamento	-	(1.049)	-
Amortização	(897)	-	897
Juros	-	188	188
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>2.005</b>	<b>2.041</b>	<b>1.085</b>

#### **Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda**

Em dezembro de 2018, a CVM, através da deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que equivale à IFRIC em questão.

A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia realizou uma análise do IFRIC 23 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2019	31/12/2018
Bancos	1.629	4.764
Fundo de troco/numerários trânsito	84	133
	<b>1.713</b>	<b>4.897</b>

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

### 4. Aplicações financeiras

	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	49.306	62.537

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 9 e 10.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

### 5. Contas a receber

	30/09/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico	8.109	6.267
Visa – vale-pedágio	249	198
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.141	1.344
DBTrans S/A	352	225
Outros	56	981
	<b>9.906</b>	<b>9.015</b>

  

Idade de vencimento dos títulos	30/09/2019	31/12/2018
Créditos a vencer até 30 dias	9.708	7.767
Créditos a vencer até 60 dias	143	267
	<b>9.850</b>	<b>8.034</b>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

### 6. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos trimestres e períodos de nove meses findos em de 30 de setembro de 2019 e 2018:

Descrição	30/09/2019 (3 meses)	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2019 (9 meses)	30/09/2018 (9 meses)
Diretores estatutários	11	11	32	34

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

**a. Saldos patrimoniais**

Notas	Saldo em aberto em		
	30/09/2019	31/12/2018	
<b>Ativo</b>			
Adiantamentos aos fornecedores			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.208	1.154
BRVias S.A.	(v)	917	984
<b>Total outros créditos</b>		<b>2.125</b>	<b>2.138</b>
<b>Passivo</b>			
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(377)	(484)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(1.186)	(418)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(vi)	(5)	(5)
Outros	(iv)	-	(9)
<b>Total fornecedores (Nota Explicativa nº 11)</b>		<b>(1.568)</b>	<b>(916)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>557</b>	<b>1.222</b>

**b. Transações que afetaram o resultado**

Notas	Valor da transação no resultado				
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	
	(3 meses)	(3 meses)	(9 meses)	(9 meses)	
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	(838)	(791)	(1.850)
Splice Ind e Com de Serviços	(iii)	(2.875)	(490)	(5.228)	(1.559)
BRVias S.A.	(v)	(878)	(970)	(2.515)	(2.483)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(vi)	(14)	(51)	(77)	(74)
Outros	(iv)	(26)	(28)	(90)	(84)
<b>Total fornecedores</b>		<b>(3.793)</b>	<b>(2.377)</b>	<b>(8.702)</b>	<b>(6.050)</b>

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (vi) Outros serviços diversos.

## 7. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.375	5.065	1.923	2.020	<b>13.383</b>
Adições	169	893	89	1.453	<b>2.604</b>
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	<b>(1.459)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	139	437	104	2.177	2.857
Baixas	(23)	-	(11)	(18)	(52)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>4.659</b>	<b>6.395</b>	<b>2.100</b>	<b>4.179</b>	<b>17.333</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	<b>(7.800)</b>
Depreciação no exercício	(594)	(435)	(197)	(600)	(1.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no período	(367)	(392)	(153)	(233)	(1.145)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>(3.830)</b>	<b>(3.734)</b>	<b>(1.380)</b>	<b>(1.827)</b>	<b>(10.771)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902
Em 30 de setembro de 2019	829	2.661	720	2.352	6.562

## 8. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	-	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	-	17.518
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>35.120</b>	<b>469.757</b>	<b>8.106</b>	<b>413.597</b>	<b>176.704</b>	<b>3.301</b>	<b>-</b>	<b>1.106.585</b>
Aquisições e construções	51	9.894	14	-	21.097	186	2.902	34.144
Baixas	-	(3.965)	-	-	(227)	-	-	(4.192)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>35.171</b>	<b>475.686</b>	<b>8.120</b>	<b>413.597</b>	<b>197.574</b>	<b>3.487</b>	<b>2.902</b>	<b>1.136.537</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	-	(131.984)
Amortização do exercício	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	-	(34.438)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(10.768)</b>	<b>(56.202)</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(77.063)</b>	<b>(18.999)</b>	<b>(1.189)</b>	<b>-</b>	<b>(166.422)</b>
Amortização do período	(566)	(7.571)	(131)	(6.666)	(2.848)	(53)	(897)	(18.732)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>(11.334)</b>	<b>(63.773)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>(83.729)</b>	<b>(21.847)</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(897)</b>	<b>(185.154)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>24.352</b>	<b>413.555</b>	<b>5.905</b>	<b>336.534</b>	<b>157.705</b>	<b>2.112</b>	<b>-</b>	<b>940.164</b>
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>	<b>23.837</b>	<b>411.913</b>	<b>5.788</b>	<b>329.868</b>	<b>175.727</b>	<b>2.245</b>	<b>2.005</b>	<b>951.383</b>

### Arrendamento mercantil

Os valores contábeis líquidos, do ativo intangível, por categoria de ativo, adquiridos e registrados por meio de arrendamento em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e com contrapartida no passivo, conforme Nota Explicativa nº15, são como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Direito de uso	2.005	-
	<b>2.005</b>	-

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	<b>413.597</b>

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

## 9. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 21.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	30/09/2019	31/12/2018
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	242	370
Finem-BNDES (ii)	5,95%	TJLP	2025	82.593	99.580
Finem-BNDES (ii)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	41.367	49.875
CCB	5,40%	CDI	2020	28.808	16.571
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 - 2022	2.581	1.403
				<b>155.591</b>	<b>167.799</b>
<b>Passivo circulante</b>				<b>51.235</b>	<b>39.160</b>
<b>Passivo não circulante</b>				<b>104.356</b>	<b>128.639</b>

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

Composição por vencimento:

	30/09/2019	31/12/2018
Vencimento em		
2020	58.048	41.121
2021	30.010	38.819
Acima 2022	16.298	48.699
	<b>104.356</b>	<b>128.639</b>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	30/09/2019	31/12/2018
<b>Saldos iniciais</b>	<b>167.799</b>	<b>205.830</b>
<b>Varição do fluxo de caixa de financiamento</b>		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(30.440)	(40.950)
Pagamentos de juros	(11.492)	(15.950)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(41.932)</b>	<b>(56.900)</b>
<b>Outras variações</b>		
Novas captações	1.931	-
Despesas de juros	27.793	18.869
<b>Total de outras variações</b>	<b>29.724</b>	<b>18.869</b>
<b>Saldos finais</b>	<b>155.591</b>	<b>167.799</b>

- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais Unidade Monetária IPCA (UMIPCA-M), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 30 de setembro de 2019, foram liberados R\$ 274.246.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 824 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 196. Em 30 de setembro de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 563.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
  - § Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
  - § Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
  - § Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que cinco até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia atingiu, para o semestre findo em 30 de junho de 2019, o índice de dívida líquida/EBITDA de 3,84, ICSD de 1,76 e PL/AT de 32,6%.

## 10. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	30/09/2019	31/12/2018
Debêntures	300.000	04/06/2012	04/06/2027	8,15% a.a. + IPCA	445.713	442.516
Circulante					22.771	442.516
<b>Não circulante</b>					<b>422.942</b>	<b>-</b>

Composição por vencimento:

	30/09/2019	31/12/2018
<b>Vencimento em</b>		
2020	47.991	-
2021	48.603	-
2022 a 2027	326.348	-
	<b>422.942</b>	<b>-</b>

Movimentação das debêntures:

	30/09/2019	31/12/2018
<b>Saldos iniciais</b>	<b>442.516</b>	<b>440.079</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>		
Pagamento do principal	(2.257)	(12.871)
Pagamentos de juros	(34.033)	(32.677)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(36.290)</b>	<b>(45.548)</b>
<b>Outras variações</b>		
Despesas de juros	39.487	47.985
<b>Total de outras variações</b>	<b>39.487</b>	<b>47.985</b>
<b>Saldos finais</b>	<b>445.713</b>	<b>442.516</b>

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027.

Em 15 de abril de 2019, mediante deliberação em assembleia geral de debenturistas, a Companhia obteve aprovação para alteração de algumas condições da escritura de emissão de debêntures, principalmente, as curvas de pagamento e de *covenants* e também a anuência para o descumprimento de *covenants*.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 8,15% a.a. conforme definido em ata da assembleia geral de debenturistas realizada em 15 de abril de 2019.

Cada uma das debêntures fará jus aos juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice "dívida líquida/EBITDA anualizado; menor ou igual a 5,1, até dezembro de 2014; menor ou igual a 4,5, até dezembro de 2015; menor ou igual a 3,5, até dezembro de 2017; menor ou igual a 6,0, até dezembro de 2018; menor ou igual a 5,3 até dezembro de 2019; menor ou igual a 4,7 até dezembro de 2020; menor ou igual a 4,6 até dezembro de 2021; menor ou igual a 4,0 até dezembro de 2022; menor ou igual a 3,5 até dezembro de 2023; menor ou igual a 3,0 até dezembro de 2024; menor ou igual a 2,5 até dezembro de 2025; e menor ou igual a 2,0 até dezembro de 2026;

- Manter o índice “dívida líquida/patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado maior ou igual 1,5, até dezembro de 2016; maior ou igual a 2,0, até dezembro de 2017; maior ou igual a 1,5, até dezembro de 2021; maior ou igual a 1,7, até dezembro de 2022; maior ou igual a 1,9, até dezembro de 2023; maior ou igual a 2,5, a partir de dezembro de 2024.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 1.145 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 112. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 997.

## 11. Fornecedores

	30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores diversos	41.307	43.377
Medições a pagar	1.187	4.785
Retenções (i)	11.529	13.259
<b>Total</b>	<b>54.023</b>	<b>61.421</b>

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	30/09/2019	31/12/2018
<b>A vencer</b>		
De 1 a 30 dias	18.823	13.614
De 31 a 60 dias	11.052	2.764
De 61 a 90 dias	2.797	1.457
De 91 a 180 dias	3.842	2
De 181 a 360 dias	-	5.436
	<b>36.514</b>	<b>23.273</b>
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	2.767	13.163
De 31 a 60 dias	1	2.623
De 61 a 90 dias	87	25
De 91 a 180 dias	269	636
De 181 a 360 dias	276	2.223
A mais de 360 dias	1.393	1.434
	<b>4.793</b>	<b>20.104</b>
	<b>41.307</b>	<b>43.377</b>

## 12. Provisão para manutenção – Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Passivo circulante	18.981	14.795
Passivo não circulante	20.547	26.522
<b>Total</b>	<b>39.528</b>	<b>41.317</b>

## Movimentação da provisão para manutenção

<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>45.493</b>
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>41.317</b>
Realização por consumo	(49.408)
Adições	47.619
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>	<b>39.528</b>

## 13. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/09/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	36.308
Provisão para manutenção	13.438	14.049
Outras provisões temporárias	521	210
	<b>50.268</b>	<b>50.567</b>
<b>Passivo</b>		
Custos dos empréstimos	(1.896)	(1.773)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(24.704)	(25.817)
	<b>(26.600)</b>	<b>(27.590)</b>
	<b>23.667</b>	<b>22.977</b>

## Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de setembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2018	30/09/2019 (3 meses)	30/09/2018 (3 meses)	30/09/2019 (9 meses)	30/09/2018 (9 meses)
<b>Ativo</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	36.308	-	565	-	565
Provisão para manutenção	13.438	14.049	606	(6.742)	(609)	(6.994)
Outras provisões temporárias	521	210	(240)	252	309	(64)
( - ) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	(501)	-	-
	<b>50.267</b>	<b>50.567</b>	<b>366</b>	<b>(6.426)</b>	<b>(300)</b>	<b>(6.493)</b>
<b>Passivo</b>						
Custos dos empréstimos	(1.896)	(1.773)	43		(123)	-
Intangíveis - efeito temporário	(24.704)	(25.817)	(373)	(6.664)	1.113	(6.005)
	<b>(26.600)</b>	<b>(27.590)</b>	<b>330</b>	<b>(6.664)</b>	<b>990</b>	<b>(6.005)</b>
	<b>23.667</b>	<b>22.977</b>	<b>(36)</b>	<b>(6.664)</b>	<b>690</b>	<b>(6.005)</b>

(\*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro.

### a. Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	124.432	106.788

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2023.

### b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	30/09/2019 ( 3 meses )	30/09/2018 ( 3 meses )	30/09/2019 ( 9 meses )	30/09/2018 ( 9 meses )
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.842</b>	<b>7.617</b>	<b>(16.980)</b>	<b>10.696</b>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(966)	(2.590)	5.773	(3.637)
(-) Adições permanentes	329	330	(989)	(999)
(+) Exclusão permanente	213	.587)	173	11.268
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	1.987	-	(5.368)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(36)	(6.664)	690	(6.005)
	-1%	-87	-4%	-56%

#### 14. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2019, está provisionado o montante de R\$1.533 (R\$ 617 em 31 de dezembro de 2018), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

#### Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo inicial 31 de dezembro de 2018</b>	<b>539</b>	<b>78</b>	<b>617</b>
Provisão (reversão de provisão)	714	202	916
<b>Saldo final</b>	<b>1.253</b>	<b>280</b>	<b>1.533</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 11.752 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	30/09/2019		31/12/2018	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	36	8.402	64	3.847
Trabalhistas	74	3.350	100	4.032
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>11.752</b>	<b>164</b>	<b>7.879</b>

## 15. Arrendamento por direito de uso

	30/09/2019	31/12/2018
Outros passivos circulantes	1.068	-
<b>Total dos outros passivos circulantes</b>	<b>1.068</b>	
Outros passivos não circulantes	973	-
<b>Total dos outros passivos não circulantes</b>	<b>973</b>	

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000 (em 31 de dezembro, R\$389.000), sendo já integralizados R\$ 402.651 (em 31 de dezembro, R\$368.651) e a integralizar R\$ 96.349 (em 31 de dezembro de 2018, R\$20.349), e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2018).

### b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na nota explicativa nº 9, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

## 17. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	01/07/2019 a 30/09/2019 ( 3 meses )	01/04/2018 a 30/09/2018 ( 3 meses )	01/01/2019 a 30/09/2019 ( 9 meses )	01/01/2018 a 30/09/2018 ( 9 meses )
Receita de pedágios	54.737	54.144	151.676	150.143
Receitas acessórias	117	2.149	14.426	2.287
Receita de construção	7.077	2.445	26.864	8.996
Outras receitas	44	-	108	-
Tributos incidentes	(4.635)	(4.659)	(13.958)	(13.257)
	<b>57.340</b>	<b>54.079</b>	<b>179.116</b>	<b>148.169</b>

## 18. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	01/07/2019 a 30/09/2019 ( 3 meses )	01/07/2018 a 30/09/2018 ( 3 meses )	01/01/2019 a 30/09/2019 ( 9 meses )	01/01/2018 a 30/09/2018 ( 9 meses )
Serviços de terceiros	(8.162)	(7.097)	(21.128)	(21.698)
Com pessoal	(5.475)	(5.997)	(15.240)	(17.196)
Amortização e depreciação	(7.003)	(4.724)	(19.877)	(47.098)
Constituição de provisão para manutenção	(8.722)	(3.604)	(47.619)	(10.928)
Custo de contrato concessão	(2.415)	(2.998)	(6.600)	(8.229)
Outros	(2.200)	(2.623)	(4.485)	(5.568)
<b>Total</b>	<b>(33.977)</b>	<b>(27.043)</b>	<b>(114.949)</b>	<b>(110.717)</b>
Custo dos serviços prestados	(29.921)	(25.910)	(106.796)	(101.690)
Despesas administrativas e gerais (i)	(4.056)	(1.133)	(8.153)	(9.027)
Custo de construção	(7.077)	(2.445)	(26.864)	(8.996)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

a – O saldo de R\$14.132, do exercício de 2018 é referente a receita acessória oriunda da celebração de contrato de permissão de direito de passagem e uso de faixa de domínio.

## 19. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 foram:

	01/07/2019 a 30/09/2019 ( 3 meses )	01/07/2018 a 30/09/2018 ( 3 meses )	01/01/2019 a 30/09/2019 ( 9 meses )	01/01/2018 a 30/09/2018 ( 9 meses )
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	638	1.088	2.019	22.901
Outras receitas financeiras	-	-	740	-
Total das receitas financeiras	638	1.088	2.759	22.901
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(12.959)	(16.777)	(49.358)	(49.325)
Outras despesas financeiras	(1.123)	(1.285)	(7.682)	(5.468)
Total das despesas financeiras	(14.082)	(18.062)	(57.040)	(54.793)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(13.444)</b>	<b>(16.974)</b>	<b>(54.281)</b>	<b>(31.892)</b>

## 20. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

#### Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - expresso em reais
3º trimestre 2019	2.806	499.000.000	0,00562
3º trimestre 2018	953	389.000.000	0,00245
9 meses 2019	(16.288)	499.000.000	0,03264
9 meses 2018	4.691	389.000.000	0,01206

## 21. Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

30 de setembro de 2019	Notas	Custo amortizado	
		30/09/2019	31/12/2018
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.713	4.897
Aplicação financeira	4	49.306	62.537
Contas a receber de clientes	5	9.906	9.015
Outros créditos		2.773	2.721
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	155.591	167.799
Debêntures	10	445.713	442.516
Fornecedores	11	54.023	61.421

### b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de setembro de 2019.

### **c. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### **(i) Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### **(ii) Risco de liquidez**

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

### **Cronograma de amortização da dívida**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

<b>Em 30/09/2019</b>	<b>Contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Acima de 2021</b>
Empréstimos e financiamentos	155.591	189.847	21.146	67.778	100.923
Debêntures	445.713	684.953	36.289	47.991	600.673
Fornecedores	54.023	54.023	54.023	-	-
	<b>655.327</b>	<b>928.823</b>	<b>111.458</b>	<b>115.769</b>	<b>701.596</b>
<b>Em 31/12/2018</b>					
Empréstimos e financiamentos	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures	442.516	627.160	54.822	59.146	513.913
Fornecedores	61.421	61.421	61.421	-	-
	<b>671.736</b>	<b>887.205</b>	<b>170.464</b>	<b>103.958</b>	<b>613.503</b>

### **(iii) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de setembro de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

### **Risco de taxa de juros**

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

### **Perfil**

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

#### **Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas abaixo:

		<b>Valor contábil</b>	
		<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Instrumentos de taxa prefixada</b>			
Empréstimos e financiamentos		2.823	1.773
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
		<b>Valor contábil</b>	
<b>Risco</b>		<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Empréstimos e financiamentos	CDI	28.808	16.571
Empréstimos e financiamentos	TJLP	82.593	99.580
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	41.367	49.875
Debêntures	IPCA	445.713	442.516

#### **(iv) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

#### **(v) Seleção dos cenários**

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN – Relatório FOCUS e a TJLP obtida no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), ambas em 30 de setembro de 2019.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

#### **(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela a seguir:

**(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas**

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 30 de setembro de 2019.

**Risco de preço e valor de mercado**

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**(viii) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	82.593	Aumento TJLP	5,95%	(4.914)	7,44%	(6.143)	8,93%	(7.371)
Empréstimos e financiamentos	41.367	Aumento UMIPCA	2,0518%	(84.877)	2,0548	(106.097)	3,0777%	(127.316)
Capital de giro	28.808	Aumento CDI	5,40%	(1.556)	6,75%	(1.945)	8,10%	(2.333)
Debêntures	445.713	Aumento IPCA	3,43%	(15.288)	4,29%	(19.110)	5,15%	(22.932)
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>598.481</b>			<b>(106.635)</b>		<b>(133.294)</b>		<b>(159.953)</b>
<b>Impacto no resultado do período apresentado</b>						<b>(26.659)</b>		<b>(53.318)</b>

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	82.593	Aumento TJLP	5,95%	4.914	4,46%	3.686	2,98%	2.457
Empréstimos e financiamentos	41.367	Aumento UMIPCA	2,0518%	84.877	1,5389	63.658	1,0259	42.439
Capital de giro	28.808	Aumento CDI	5,40%	1.556	4,05%	1.167	2,70%	778
Debêntures	445.713	Aumento IPCA	3,43%	15.288	2,57%	11.466	1,72%	7.644
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>598.481</b>			<b>106.635</b>		<b>79.976</b>		<b>53.318</b>
<b>Impacto no resultado do período apresentado</b>						<b>26.659</b>		<b>53.318</b>

### **Risco de preço e valor de mercado**

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

### **Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

## **22. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>
Garantia operação	Mai/2018 a Nov/2019	78.846
Garantia ampliação	Mai/2018 a Nov/2019	130.585
Operacionais	Mai/2019 a Mai/2020	267.000
Responsabilidade civil	Mai/2019 a Mai/2020	35.900
Engenharia	Mai/2019 a Mai/2020	12.320

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

## **23. Benefícios aos empregados**

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

## **24. Risco regulatório**

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

## **25. Compromissos**

### **Decorrente da verba de fiscalização**

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

### **Investimentos**

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

Esse montante a realizar em 30 de setembro de 2019 totaliza R\$ 756.184, valor nominal.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

## **26. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 34.144, dos quais R\$ 1.554 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

\* \* \*

**Diretoria**

Marcos Máximo de Novaes Mendonça  
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva  
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes  
Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho  
Diretor Presidente

Guilherme Bastos Martins  
Diretor de Engenharia

**Conselho de Administração**

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

**Contador**

Marcelo Carlos Biancolini  
Contador – CRC/SP nº 1SP236252/O-0